# PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL 1992

0.5

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo





# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - EMATER-ES

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
PARA 1992
PROATER-92

VITÓRIA - ES

# SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	02
2	JUSTIFICATIVA	03
3	OBJETIVO	05
4	DIRETRIZES	06
5	AÇÕES PROGRAMÁTICAS	09
	ESTRATÉGIA	
6		28
7	METAS	30.
8	ÁREA DE ATUAÇÃO	36
9	RECURSOS HUMANOS	38
10	RECURSOS MATERIAIS	39
11	RECURSOS FINANCEIROS	40
		70

### 1 APRESENTAÇÃO

Como faz a cada ano, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo - EMATER-ES, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo, apresenta aos órgãos públicos e à comunidade em geral, seu programa de trabalho para 1992.

Ele é a consolidação de 69 programas municipais e reflete as aspirações levantadas em reuniões, seminários, encontros onde os mais diversos órgãos da classe rural como Associações de Produtores, Sindicatos, Cooperativas tiveram intensa participação. Tais eventos conduzidos ao longo de 1991, ocorreram com maior ênfase nos meses de setembro e outubro próximos passados.

É de se registrar que 1991 caracteriza-se como ano de notável crescimento do número de novas Associações de Produtores, particularmente no norte do Estado.

O Programa reflete também, no conjunto, dois estágios de um processo que pretende caminhar no sentido de que parcelas crescentes da sociedade participem e se responsabilizem cada vez mais pelas decisões e ações maiores que interessem à coletividade rural.

Estes dois estágios se evidenciam: 1) pela coordenação maior da programação ainda sob égide do Escritório Local de Extensão e 2) quando a Prefeitura Municipal assume posição de vanguarda através de sua autoridade máxima.

De dois municípios que se dispuseram a conduzir programas sob coordenação municipal em 1990, o segundo grupo passa a contar agora com nove municipalidades.

Entende-se que na medida em que este grupo cresce, maior também vai sendo a força impulsora da descentralização e do processo democrático.

### 2 JUSTIFICATIVA

As políticas públicas voltadas para o setor agropecuário nas duas últimas décadas trouxeram como consequência a redução das taxas de crescimento da agricultura, a concentração de renda e a insuficiência produtiva para o abastecimento interno.

O modelo de desenvolvimento então adotado no país, de privilégios à produção de bens exportáveis e matéria-prima industrial, exigia forte demanda de capital, alto requerimento de insumos e violenta agressão ao meio ambiente.

O padrão tecnológico vigente, sustentado por subsídios financeiros e fiscais privilegiava os grandes produtores e colocava a pequena unidade de produção à margem do processo de desenvolvimento.

No Espírito Santo, onde quase 90% das propriedades rurais possuem área inferior a 100 ha, o setor agrícola sofreu o impacto e os efeitos danosos do modelo, agravado pela estagnação econômica do país a partir da década de 80.

A agricultura, que continua tendo papel fundamental na oferta de alimentos e na geração de empregos, vem passando por um quadro de dificuldades, provocado principalmente pela escassez e elevado custo do capital e pela baixa rentabilidade do setor, provocando desestímulo à produção e intensificando o fluxo migratório para os centros urbanos.

Identifica-se, no momento, uma fase de transição em busca de alternativas nas quais o governo exerça menor poder de intervenção e aumento da participação do agricultor como protagonista de seu desenvolvimento. Alcança fundamental relevância, a necessidade de se buscar padrões tecnológicos adaptados à condição da pequena unidade de produção, dirigidos no sentido de elevar a eficiência e reduzir os riscos por intermédio da otimização dos recursos disponíveis, na diversificação das atividades geradoras de renda, no aumento da eficiência do trabalho, na organização rural e no respeito ao meio ambiente.

O PROATER/92 será o instrumento organizador das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, de responsabilidade governamental, que serão desenvolvidas de forma solidária e participativa com os produtores rurais, pescadores artesanais e suas entidades associativas, no sentido de levar alternativas adequadas às suas realidades.

### 3 OBJETIVOS

Em 1992, a EMATER-ES, como instrumento governamental de renovação tecnológica e de promoção social no campo, se propõe a conduzir um processo educativo com vistas à elevação da renda líquida das unidades de produção e à melhoria das condições de vida da população rural e pesqueira do Estado do Espírito Santo.

O objetivo principal da ação extensionista é o resultado da concretização das políticas agrícolas para o setor, mediante:

- Atendimento prioritário aos pequenos produtores rurais, pescadores artesanais e membros de suas famílias.
- Promoção e transferência de tecnologias fundamentadas na combinação de fatores, de forma coerente com a realidade da pequena produção.
- Apoio ao fortalecimento das formas associativas do meio rural e pesqueiro, que concorram para a solução de problemas das comunidades assistidas.
- Estímulo à diversificação das atividades produtivas da agropecuária, promovendo alterações na composição e introduzindo novas atividades, visando maximizar os recursos disponíveis na unidade de produção.
- Incorporação aó processo produtivo, de prática, que promovam a inversão do regime de degradação ambiental pelo manejo racional e integrado dos recursos naturais.
- Desenvolvimento das ações de forma articulada com as entidades que atuam no setor rural, sobretudo as Prefeituras Municipais e a Pesquisa Oficial.

### 4 DIRETRIZES

As Diretrizes do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para 1992 foram definidas com base nas políticas e prioridades do novo Governo do Estado do Espírito Santo, voltadas à promoção do crescimento do setor primário.

A EMATER-ES, responsável pela execução das atividades de assistência técnica e extensão rural, desenvolverá suas ações diretamente com o público beneficiário, atuando no âmbito da função básica de intervenção governamental, segundo modelo de ação coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura.

### 4.1 Público

Será priorizado o atendimento aos pequenos produtores rurais, quer sejam proprietários, parceiros, arrendatários ou ocupantes, que tenham na agropecuária sua principal atividade econômica e que a explorem predominantemente com o trabalho familiar. Será também priorizado o atendimento aos pescadores artesanais, trabalhadores rurais, assim como aos jovens e mulheres rurais.

### 4.2 Atividades básicas na unidade de produção

Será exercida intensa atuação, voltada ao fortalecimento do processo produtivo familiar, concentrando ações nas atividades formadoras da renda da unidade de produção. Estas atividades, tradicionalmente assumem grande importância, por absorverem o maior contingente da força de trabalho, garantirem a subsistência da família e sustentarem o progresso econômico e social do homem do campo e suas comunidades.

### 4.3 Diversificação agropecuária e agroindústria

No sentido de reduzir os riscos e ampliar as cilternativas de renda, serão debatidas com o público, formas que promovam alterações na composição da receita da pequena unidade de produção, seja pela expansão de atividades exploradas em escala reduzida, seja pela incorporação de novas atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras e de industrialização familiar ou associativa.

## 4.4 Recursos naturais - solo, água e floresta

As ações serão direcionadas visando racionalizar o uso dos recursos naturais, solo, água e floresta, de forma a não comprometer o ecossistema e contribuir para reverter o processo de degradação do meio ambiente. Neste sentido, será estimulado o reflorestamento de encostas e áreas degradadas, a recomposição dos níveis do lençol freático e a redução do processo de erosão do solo.

### 4.5 Agricultura alternativa

A transferência de tecnologias será sempre exercida em favor de uma agricultura mais orgânica e menos dependente de insumos químicos, sobretudo os agrotóxicos, estando aqui inseridas as formas de produção que tenham por base o controle integrado de pragas e doenças, agricultura biológica, resistência de plantas, agricultura biodinâmica, dentre outras.

### 4.6 Organização rural

Serão desenvolvidas atividades de apoio, assessoramento e fortalecimento das formas associativas existentes no meio rural e pesqueiro, tendo como objetivo básico, a auto-sustentação do crescimento econômico e social.

### 4.7 Reforma agrária/assentamentos

No âmbito de todos os assentamentos do estado, serão promovidas ações que contribuam para a complementariedade técnica e social, capacitando as famílias assentadas para incorporar tecnologias agropecuárias e de economia doméstica e estimulando os grupos existentes à participação e integração com as demais comunidades rurais.

### 4.8 Alimentação e saúde

Transferir à população rural e pesqueira, tecnologias que conduzam à melhoria dos padrões nutricionais e das condições de saúde, enfatizando o preparo, diversificação e conservação de alimentos assim como a prevenção de doenças e o saneamento básico.

### 4.9 Apoio aos programas do governo

Além de difundir no seio da população rural, as políticas e serviços governamentais voltados ao setor, serão desenvolvidas ações específicas de apoio aos programas de fomento a insumos básicos, armazenamento, comercialização, abastecimento, eletrificação, educação e crédito rural.

### 4.10 Integração/municipalização

As ações da EMATER-ES estarão integradas aos esforços de órgãos e entidades representativas da população rural, de forma a buscar a parceria e a co-participação do município, na execução de atividades dirigidas no sentido de ampliar as oportunidades de crescimento econômico e de bem-estar no campo.

### 5 AÇÕES PROGRAMÁTICAS

Em consonância com as políticas e programas governamentais e em atenção às demandas manifestadas e às soluções propostas pelo público rural e pesqueiro, no processo participativo de planejamento, a EMATER-ES desenvolverá junto às comunidades um programa de promoção e transferência de tecnologias com base nas seguintes atividades:

### 5.1 Recursos naturais e agricultura alternativa

O procedimento extrativista que caracterizou a ocupação do território capixaba promoveu níveis de degradação do meio ambiente; que hoje determinam severas restrições à produção agropecuária.

A ação predatória iniciada com o desmatamento, teve continuidade no uso intensivo de solos com acentuada declividade, no extermínio da fauna, na contaminação de recursos hídricos e no uso indiscriminado de agrotóxicos, assim como de outros agentes químicos.

Constata-se no estado, um acentuado ritmo de destruição das florestas, já que, excetuando o setor de celulose, todos os demais dependem basicamente de fragmentos florestais nativos.

A pouca percepção do processo de erosão do solo e seus efeitos, faz com que os agricultores não atribuam a devida prioridade ao emprego de práticas conservacionistas.

A dependência do setor agrícola em resposta aos estímulos para o uso de insumos industrializados vem ainda promovendo danos à saúde humana e animal, assim como agressões aos componentes ambientais, principalmente à água.

D estado e suas instituições têm procurado estruturar-se para desenvolver trabalhos destinados a recuperar partes do
meio ambiente já destruídas e formar um potencial de recursos naturais capaz de sustentar em níveis adequados, as condições de vida e as demandas populacionais.

O envolvimento da EMATER-ES nesta iniciativa governamental tem por base, ações educativas nos aspectos relacionados a uso de agrotóxicos, reflorestamento, conservação e manejo dos solos, preservação dos recursos hídricos, emprego de práticas agrícolas alternativas e atuação no âmbito de bacias hidrográficas.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- Promover atividades educativas junto a agricultores, pescadores e suas organizações, visando criar um nível de consciência preservacionista.
- Difundir práticas conservacionistas de caráter vegetativo, edáfico e mecânico, com vistas a recuperar e manter a capacidade produtiva dos solos.
- Criar o hábito do cultivo florestal, visando a recuperação de solos degradados, a recomposição dos níveis do lençol freático e o fornecimento de madeira para os diversos usos, evitando a devastação das reservas nativas remanescentes.
- Difundir práticas de agricultura alternativa adaptadas ao pequeno produtor, estimulando a utilização de resíduos orgânicos, adubação verde, controle biológico de pragas e doenças, dentre outras.
- Manter estreita articulação com a Pesquisa, no sentido de observar e demonstrar tecnologias apropriadas às condições da pequena propri∌dade.
- Participar de campanhas educativas de preservação do meio ambiente, junto com as instituições governamentais e privadas.
- Selecionar as Microbacias Hidrográficas a serem tralhadas, com a participação das lideranças municipais.
  - Promover capacitação do pessoal técnico.

### 5.2 Culturas alimentares

As culturas alimentares básicas que apresentam expressividade produtiva no Espírito Santo, são o arroz, feijão, milho e mandioca, voltadas para a própria subsistência da família rural e com produção excedente para o abastecimento do mercado.

À exceção da mandioca, as produções das demais culturas são deficitárias com relação à demanda estadual, mesmo com os avanços em produtividade do arroz e do milho e em produtividade e área do feijão.

A produção de alimentos básicos, terá prioridade pela intervenção oficial, na concessão de financiamentos por intermédio da sistemática de crédito rural diferenciado e por facilitar ao pequeno produtor, o acesso aos insumos básicos, principalmente sementes, corretivos e fertilizantes, no sentido de melhorar a rentabilidade financeira das explorações, além de garantir a auto-suficiência alimentar da família.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- Transferir aos produtores rurais, tecnologias voltadas à redução do custo de produção das culturas e ao armazenamento dos produtos.
- Melhorar os índices de produtividade utilizando-se como instrumentos o crédito rural diferenciado, de forma educativa
  e as vantagens oferecidas pelo programa de distribuição de insumos básicos.
- Instalar, de forma articulada com a Pesquisa, unidades de observação, visando a introdução de tecnologias apropriadas ão pequeno produtor.
- Instalar unidades demonstrativas sobre tecnologias disponíveis.
- Enfatizar a irrigação como fator de aumento e garantia da produção das culturas alimentares.
- Assessorar Cooperativas e Associações de Produt**çres** quanto ao gerenciamento das atividades de produção e comercialização.
- Estimular iniciativas de compra e venda em comum por grupos de produtores.

- Orientar a adoção de práticas que não promovam agressão aos recursos naturais.

### 5.3 Café

A fase de expansão do parque cafeeiro estadual foi interrompida nos últimos anos, por decorrência da instabilidade e estagnação dos preços do café e a constante elevação dos preços dos insumos. Aliado a estes fatores, a escassez de recursos creditícios tem determinado um grande desestímulo à aplicação de tecnologias e em muitos casos levado ao total abandono de lavouras, comprometendo a produção e sobretudo a qualidade do produto colhido.

As crises cíclicas pelas quais tem passado o café, afe-tam particularmente o agricultor e em âmbito maior o setor agricola assim como toda a economia do Espírito Santo, devido sua grande importância na composição da renda estadual.

A intervenção governamental no que diz respeito à assistência à cafeicultura terá como perspectiva a melhoria da qualidade do produto e o aumento da produtividade, com vista a ganhar competitividade no mercado e reduzir o custo médio final.

### Principais ações a serem desenvolvidas

- Difundir tecnologias com prioridade às práticas de correção, manejo e conservação dos solos.
- - Orientar práticas voltadas à melhoria da qualidade, com ênfase no controle da broca e no tratamento pós-colheita.
- Estimular o emprego de mudas clonais como técnica promotora de ganhos substanciais de produtividade de café conilon.
- Estimular e assessorar as organizações de produtores buscando sua participação nas ações dirigidas ao incentivo à carfeicultura.
- Assistir tecnicamente Prefeituras e Cooperativas, na implantação de viveiros para produção de mudas clonais de café conilon.

- Incentivar a diversificação e integrar outras explorações à atividade cafeeira na pequena unidade de produção.

### 5.4 Pecuária

A economia agrícola do Espírito Santo tem na atividade pecuária um de seus principais suportes, juntamente com a cultura do café.

A produção de carne, leite e ovos, contribuiu em 1990, com mais de 30% do valor bruto da produção agropecuária estadual.

Nos últimos dez anos, a produção tem se mantido a níveis inalterados, uma vez que a atividade passa por uma fase pouco estimuladora ao produtor, decorrente da inexistência de programas de incentivo e da política de preços administrados com reajustes irreais, determinando baixo nível de remuneração e levando a descapitalização e à estagnação tecnológica.

As ações de assistência técnica deverão estar relacionadas à necessidade de aumentar a produção e a produtividade dos rebanhos, com ênfase na melhoria das condições alimentares, padrão genético e sanidade.

### Principais ações a serem desenvolvidas

- Estimular a adoção de práticas de formação, recuperação e manejo de pastagens.
- Conduzir ações integradas com Cooperativas e Associações de Criadores.
- Incentivar e assessorar para a formação de núcleos comunitários de inseminação artificial em bovinocultura.
- Articular com agentes financeiros visando a alocação de recursos para financiamento aos produtores no sistema de crédito diferenciado.
- Motivar criadores para uso de alimentos alternativos produzidos na unidade de produção, com vistas a aumentar a disponibilidade alimentar e reduzir os custos.

- Difundir práticas de manutenção das pastagens sob condições de proteção do solo.
- Promover treinamentos aos produtores nos assuntos relacionados a alimentação, manejo do rebanho e higiene na ordenha.
- Enfatizar a criação extensiva de raças e linhagens caipiras de aves e suínos melhor adaptados às condições da propriedade familiar.

### 5.5 Fruticultura e olericultura

A banana e o abacaxi constituem as espécies frutíferas tradicionalmente cultivadas no estado, onde encontram condições de clima e solo favoráveis. São exploradas em escala econômica, se apresentando como importante fator na composição da renda das pequenas propriedades nas regiões onde se concentram.

A produção de hortaliças tem apresentado considerável regularidade na região centro-sul do estado, onde está concentra-da como exploração econômica, sendo cultivada sob condições favo-ráveis de clima e disponibilidade de água, mas ainda com grande dependência de insumos químicos.

A comercialização de frutas e hortaliças tem ocorrido com alta taxa de intermediação, reduzindo a participação dos produtores na margem de comercialização.

A intérvenção governamental nestas atividades deverá levar em conta o estímulo à expansão de fruticultura e da olericultura tradicionais, a redução do uso de insumos químicos, o aperfeiçoamento do processo de produção programada de hortigranjeiros e a aproximação de produtores e consumidores, viabilizando uma comercialização mais justa.

### Principais ações a serem desenvolvidas

- Apoiar e assessorar as organizações de produtores como forma de viabilizar a aproximação com o mercado consumidor.
- Incrementar as ações no sistema de produção programada, aprimorando o acompanhamento das safras e o processo de informação aos produtores.

- Difundir tecnologias alternativas visando a redução do uso de agrotóxicos e a defesa da saúde e do meio ambiente.
  - Incrementar o emprego da irrigação.
- Enfatizar a adoção de práticas conservacionistas nas áreas declivosas de cultivo.
- Manter constante articulação com a Pesquisa Oficial para apoio técnico-científico e realização de atividades conjuntas.
- Apoiar tecnicamente as Prefeituras Municipais na implantação de hortas comunitárias e feiras de produtores.

### 5.6 Pesca artesanal

A pesca artesanal, responsável por mais da metade da produção estadual de pescado, é praticada nos municípios costeiros, numa extensão de 521 quilômetros de litoral.

A renda proveniente da produção de pescado tem sido comprometida pela interferência de intermediários, detentores dos principais insumos e infra-estrutura, o que confere alto grau de dependência por parte dos pescadores.

O desenvolvimento da atividade pesqueira tem sido muito lento, devido a fatores associados à falta de apoio para a implantação de um sistema de comercialização racional, além da falta de recursos creditícios disponíveis ao pescador, limitando a
utilização de formas mais avançadas de exploração dos recursos existentes.

O esforço governamental estará dirigido no sentido de apoiar a atividade, visando aumentar a produção e a margem de ganho dos pescadores organizados.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- Transferir tecnologias de captura e conservação de pescado.

- Promover treinamentos de pescadores e de dirigentes de Associações e Cooperativa.
- Apoiar a implantação e manutenção de infra-estruturas para comercialização e provimento de insumos.
- Prestar assessoramento às Associações e Cooperativa de pescadores.
- Manter articulação com agentes financeiros com vistas a viabilizar recursos creditícios para o setor.
- Conscientizar pescadores sobre a necessidade de conservar os recursos naturais.

### 5.7 Diversificação da renda agropecuária

Historicamente a economia do Estado do Espírito Santo esteve fundamentada na cafeicultura e apesar de todas as iniciativas de diversificar as atividades do setor primário, o café permanece sendo o grande responsável pela renda da maioria das unidades de produção.

Aliados ao fator histórico, os preços favoráveis do café foram por muito tempo, estimuladores de novos investimentos para crescimento da atividade, fazendo com que atingisse posição preocupante, sobretudo quando a expansão ocorreu em áreas impróprias, agravando os riscos e acelerando o processo de degradação dos recursos naturais. A característica de cultura permanente do café, faz com que, todo esse processo adquira maior gravidade para os pequenos produtores, por limitações financeira e gerencial.

A variabilidade edafo-climática do estado, possibilita que seja estimulada a introdução de novas explorações no processo produtivo, de modo a ampliar as fontes de renda, expandir a oferta de emprego, reduzir os riscos de fatores adversos à produção e de mercado, promover o estabelecimento de um sistema produtivo mais equilibrado e propiciar melhor uso dos recursos da unidade de produção.

Além das atividades relacionadas ao processo produtivo agropecuário, as alternativas de renda da família serão também ampliadas, com o aproveitamento de matéria-prima excedente ou mes-

mo de outras que não dependem de safras, associadas à disponibilidade de mão-de-obra familiar, para a industrialização caseira de alimentos, de produtos de limpeza e higiene e peças artesanais.

As ações básicas que servirão de orientação ao processo de diversificação terão que passar pela estratégia em que a organização rural seja considerada fundamental para sustentar este desenvolvimento.

As atividades que têm se destacado como opções de diversificação da renda agrícola são: Seringueira, Sericicultura, Macadâmia, Palmito, Aqüicultura, Frutas de Clima Tropical, Apicultura, Pimenta-do-reino e Indústria Caseira, nas quais serão desenvolvidas as seguintes ações:

### 5.7.1 Serinqueira

- Capacitar produtores e administradores de seringais sobre técnicas de sangria e gerenciamento.
- Apoiar as atividades da Cooperativa dos Heveicultores e Associações de Seringalistas, visando maior eficiência no processo de comercialização e fortalecer o espírito associativo.
- Articular com a Pesquisa, objetivando o conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias adequadas à modernização da cultura.
  - Promover treinamentos de pessoal técnico.
- Incentivar o emprego de práticas de preservação ambiental.

### 5.7.2 Sericicultura

- Concentrar e divulgar a atividade nos municípios com altitude entre 400 e 800 metros, localizados na região sudoeste do estado.
- Dar continuidade à seleção dos produtores interessados.

- Promover treinamentos de pessoal técnico e de produtores que ingressem na exploração do bicho-da-seda.
  - Apoiar a criação de Associações de Produtores.
- Manter articulação interinstitucional com o BANDES, EMCAPA e KANEBO, visando apoio tecnológico, financeiro e operacional à atividade.

### 5.7.3 Macadâmia

- Realizar treinamentos dos técnicos envolvidos, atribuindo destaque à formação de mudas herbáceas.
- Estudar, juntamente com a Pesquisa, a viabilidade técnica de expansão da região zoneada para a cultura no estado.
  - Apoiar as iniciativas associativistas dos produtores.
- ▲ Manter permanente articulação com BANDES, EMCAPA e VAVERSA, visando o apoio financeiro, tecnológico e operacional à atividade.
- Promover treinamentos para os agricultores que desenvolvem a cultura da macadâmia.

### 5.7.4 Palmácea produtora de palmito

- Efetuar levantamento para identificar propriedades rurais que possuem, em estado silvestre, espécies de palmáceas com potencialidades para produção econômica de palmito.
- Articular com a EMCAPA, visando iniciar um programa de pesquisa com palmáceas produtoras de palmito, a partir do material identificado no estado, assim como de outras regiões do país.
- Desenvolver juntamente com o ITCF, um projeto de prædução de mudas.
- Divulgar a atividade entre os pequenos e médios produtores rurais.

- Promover treinamentos para o pessoal técnico, enfatizando as excurssões técnicas aos principais centros de cultivo e de pesquisa de palmáceas.

### 5.7.5 Aquicultura

- Difundir as atividades e implantar projetos de piscicultura e carcinocultura nas regiões aptas à criação.
- Manter permanente distribuição de alevinos e pós-larvas de camarão produzidos na Estação de Alevinagem de Cariacica e na Estação de Pós-larvas de Camarão-da-Malásia de Barra do Sahí.
- Manter intercâmbio com o IBAMA e EMCAPA de forma a possibilitar o pleno funcionamento e operacionalização das Estações produtoras de alevinos e pós-larvas.
- Articular com agentes financeiros no sentido de estudar abertura de linha de crédito para financiamento da aquicultura.
- Promover treinamentos de agricultores nas atividades de aquicultura.

### 5.7.6 Frutas de clima tropical

- Treinar técnicos nas atividades de mamão, coco-da-bahia, maracujá, citros.
- Divulgar as atividades junto aos produtores, como opções de diversificação.
- Articular com a EMCAPA na programação e realização de eventos conjuntos.
  - Assistir agricultores interessados nas atividades.

### 5.7.7 Apicultura

- Discutir com os produtores sobre as vantagens da apicultura, tanto por sua função diversificatória, como pela importância das abelhas na polinização e consequente aumento de produção das culturas.

- Estabelecer ações de apoio ao fortalecimento das Associações de Apicultores.
- Articular com Prefeituras Municipais e ITCF, visando a produção e distribuição de mudas de plantas melíferas.
- Dar continuidade às feiras do mel e campanhas educativas sobre a qualidade do produto.
- Promover reciclagem do pessoal técnico e treinar apicultores.

### 5.7.8 Pimenta-do-reino

Embora possa ser considerada cultura tradicional numa restrita área do estado, a pimenta-do-reino constitui excelente alternativa para diversificar a renda da pequena unidade de produção, já que na maioria das regiões encontra condições favoráveis de clima e solo.

- Divulgar a pipericultura como opção de diversificação das atividades na pequena propriedade.
- Efetuar levantamento para atualização do diagnóstico da cultura na região produtora.
- Difundir tecnologias apropriadas à condução da lavoura, controle de pragas e doenças e melhoria da qualidade do produto.
  - Promover treinamento de agricultores.
- Implantar unidades de observação de práticas culturais em conjunto 🖒 a EMCAPA.
  - Orientar medidas de proteção ao meio ambiente.
  - Assessorar as Associações de produtores.

### 5.7.9 Indústria caseira

- Difundir tecnologias para o aproveitamento do excedente de matéria-prima em tempo de safra, na conservação e fabricação caseira de alimentos e produtos de higiene e limpeza.

- Incentivar o aproveitamento da mão-de-obra disponível na família para confecção de peças de vestuário e artesanais.
- Apoiar as formas organizadas de donas-de-casa e jovens rurais, visando a execução e a comercialização dos produtos.
- Manter integração com Prefeituras Municipais, sobretudo na realização de atividades de treinamento do público.
- Discutir com as comunidades rurais, as opções de diversificação mais vantajosas e adequadas à realidade.

### 5.8 Alimentação e saúde

O Espírito Santo possui condições muito favoráveis à produção diversificada de alimentos que compõem a dieta básica da população, entretanto, as tradições e tabus têm constituído barreiras à sua produção e consumo, demandando uma ação educativa no sentido de motivar e formar consciência a respeito da necessidade de buscar o equilíbrio alimentar.

Prioritariamente deve-se levar conhecimento às famílias rurais, visando o consumo adequado de alimentos como forma de evitar doenças pelo fortalecimento do organismo.

Tem-se verificado que problemas relacionados com a higiene pessoal e ambiental, doenças endêmicas, contaminação do solo e da água, uso inadequado de agrotóxicos e outros, associados com os aspectos sanitários tendem a aumentar, na medida em que a população cresce.

Dessa forma complementarmente às atividades de educação alimentar, as ações de educação sanitária serão desenvolvidas objetivando a manutenção da saúde, ao tempo em que preservam a natureza.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- Difundir tecnologias para diversificar a produção de de culturas alimentares e a criação de pequenos animais.
- Difundir práticas sanitárias, voltadas a preservar e melhorar as condições de saúde.

- Incentivar o aproveitamento de todo produto para consumo ou industrialização.
- Integrar-se com os órgãos de saúde, na realização de atividades de prevenção de doenças e saneamento.
- Orientar tecnologias apropriadas à conservação e armazenagem de alimentos.
- Enfatizar orientações por intermédio das entidades organizadas de público.

### 5.9 Reforma agrária

Q modelo de desenvolvimento vigente por mais duas décadas, com base nos subsídios financeiros e fiscais, foi marcado pelo empobrecimento dos pequenos produtores, sua evasão do meio rural e como consequência, a concentração fundiária. Assim, a problemática agrária do Espírito Santo, é resultado de demandas historicamente acumuladas e ainda não plenamente atendidas.

A ação do governo na questão agrária ocorrerá com o fim de resgatar pendências históricas e com elas a enorme dívida social do setor público para com o segmento da população do campo.

A perspectiva para 1992 é no sentido de consolidar os assentamentos existentes, expandindo a disponibilidade de área, de forma a promover a reversão do processo de concentração fundiária e melhorar as condições de acesso à terra.

A EMATER-ES participará da execução desta política governamental, como responsável pela complementariedade técnica e social a todas as famílias assentadas, de forma a integrar cada assentamento às comunidades rurais, para que não fiquem isolados do contexto cultural e sócio-econômico do estado.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- Transferir tecnologias apropriadas às condições do público assentado, visando melhorar seu nível de renda e buscar a autonomia dos assentamentos rurais, de forma a viabilizá-los economicamente.

- Agregar esforços aos de outras instituições, na execução das atividades relativas à política agrária.
- Incentivar e fortalecer as iniciativas de organização associativa dos assentados.
- Assistir as famílias assentadas com vistas ao seu desenvolvimento social.
- Promover treinamentos dos assentados capacitando-os a aplicar tecnologias adequadas à sua realidade.

### 5.10 Organização rural.

Consciente de que o processo de organização fundamenta a superação das relações de dependência em que sempre esteve a agropecuária, a extensão rural ao longo de sua história sempre dispendeu esforços no sentido de mobilizar as categorias de público rural e pesqueiro, inserindo-as na produção, na comercialização e na reivindicação, via formas associativas, capazes de viabilizar a concentração de fatores em escala, aumentando assim seu poder de barganha e seu poder político.

A organização, entendida como um instrumento indispensável para a auto-sustentação do crescimento econômico a social do pequeno produtor, se constitui numa das mais importantes formas de apoio para a fuga dos modelos convencionais de desenvolvimento rural.

Diversas formas de organização social podem ser destacadas no setor primário estadual: cooperativas, sindicatos, colônias de pescadores, associações, conselhos e diferentes tipos de grupos informais de público.

O papel do governo na organização rural terá por função básica, a busca da autonomia e da independência financeira, sem fomentar o paternalismo. As ações, de caráter participativo, deverão ter por princípio, as questões entendidas como problemas principais e sua evolução deverá realizar-se dentro dos limites do minados pelo produtor. Assim, no surgimento de novas organizações deverá buscar-se a conscientização dos produtores, de forma a permitir-lhes referenciais que ajudarão a construir entidades autônomas, evitando-se os propósitos assistencialistas ou tuteladores.

O associativismo no estado tem sido afetado pela pouca consciência a respeito do verdadeiro sentido da organização, pela pouca atividade das entidades associativas e reduzido índice de participação do quadro social na vida das entidades.

### Principais ações a serem desenvolvidas:

- •- Desenvolver trabalho integrado com as formas associativas existentes e apoiar o surgimento de novas organizações a partir do interesse do público.
- Estimular a atividade grupal na discussão e solução dos problemas identificados nas microbacias hidrográficas.
- Atuar com os jovens rurais utilizando-se metodologia grupal, tendo por base a ação educativa e participativa.
- Discutir formas alternativas de organização de produtores, no seu relacionamento com o mercado consumidor e com as agroindústrias.
- Atuar de forma integrada com cooperativas e sindicatos, divulgando seus serviços, motivando para o aumento do quadro social e desenvolvendo ações que propiciem a efetiva participação.
- Apoiar e promover atividades de capacitação de lideranças e dirigentes.
- Estimular e assessorar grupos na realização de atividades conjuntas, tais como, compra de insumos, venda da produção, instalação de agroindústrias, abastecimento, dentre outras.

# 5.11 Integração interinstitucional

Como forma de se alcançar maior eficácia no atingimento dos objetivos propóstos, a realização das atividades deverá ocorrer de forma integrada com os demais órgãos federais, estaduais e municipais que busçam viabilizar soluções para os problemas das populações rurais e pesqueiras, sobretudo com as instituições componentes do Sistema Operacional da Secretaria de Agricultura e com

a EMBRAPA por intermédio da Secretaria de Extensão Rural e de seus Centros de Pesquisa. A estas instituições se integrará também o público nas ações participativas de planejamento, execução e avaliação do trabalho.

As atenções governamentais neste sentido estão formuladas no Programa de Municipalização da Agricultura, que se define na busca de parceria e co-participação do município, compreendendo, prefeitura, cooperativas, associações de produtores e co-munidades, na execução de atividades voltadas ao desenvolvimento rural.

A elaboração de um programa integrado de desenvolvimento rural para o município, no qual são definidas as atribuições de cada instituição envolvida, será a forma inicial para instrumentalizar a articulação das entidades vinculadas ao setor público agrícola, com as entidades municipais e público beneficiário, visando otimizar recursos financeiros, materiais e humanos, sem perder de vista a co-participação e os interesses comuns.

### 5.12 Apoio técnico-administrativo

Objetivando melhorar a eficácia da ação extensionista, propiciando às equipes técnicas e de apoio administrativo condições de trabalho, serão desenvolvidas atividades e providenciados serviços que venham a facilitar, agilizar e aumentar a abrangência e qualidade do atendimento ao público beneficiário:

### 5.12.1 Capacitação de recursos humanos

Serão promovidos treinamentos em serviço visando melhorar o processo de transferência de tecnologia, aprimorar métodos participativos junto ao público, atualizar a ação gerencial e aumentar a qualidade do apoio administrativo. Será ainda dada continuidade aos cursos de pós-graduação.

### 5.12.2 Construções

Está prevista a construção de três Escritórios Locais em distritos que não possuem condições para abrigar estas unidades operacionais. Serão ainda reformados dois Escritórios Locais, a oficina mecânica do Escritório Central e o Centro de Treinamento.

### 5.12.3 Informática e multimeios

A Empresa ampliará a disponibilidade de seus recursos em informática e multimeios de comunicação, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados. Dez unidades locais serão dotadas de recursos de multimeios e equipamentos de informática.

### 5.12.4 Informação e documentação

Em 1992, serão mantidas em atividades e ampliadas em termos de acervo bibliográfico, uma biblioteca central, quatro regionais e setenta e cinco bibliotecas nos escritórios locais, como fontes de consulta e suporte às ações de extensão rural.

### 5.12.5 Supervisão, acompanhamento, avaliação e controle

Serão mecanismos de uso permanente no decorrer da execução do programa. A supervisão será entendida como um processo de apoio visando o crescimento profissional do extensionista, enquanto os demais instrumentos representarão meios de aferição do desempenho, buscando identificar a consistência entre as ações programadas e metas estabelecidas, com as realizações ao longo do período.

### 5.12.6 Centro de treinamento

No Centro de Treinamento - CALiR acontecerão a maioria dos eventos de treinamento de recursos humanos que serão promovidos em 1992.

Será também utilizado na capacitação de produtores e líderes rurais e deverá receber algumas alterações, visando melhorar as condições de atendimento.

# 5.12.7 Oficina gráfica, estúdio de áudio e vídeo

Em complemento ao arranjo metodológico que será empregado na mobilização do público e na transferência de tecnologias, os extensionistas disporão de uma oficina gráfica para produção de impressos e visuais e um estúdio de áudio e vídeo, nos quais serão gerados material de apoio aos programas radiofônicos e fitas educativas de vídeo.

### 6 ESTRATÉGIA

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para 1992, formulado mediante processo participativo, propõe da mesma forma, executar as atividades lançando mãos de métodos fundamentados em ações educacionais, nas quais serão discutidas com o público, alternativas que estejam em consonância com sua realidade econômica e social.

As estratégias de trabalho estarão ajustadas às características culturais do público, à natureza da tecnologia a ser difundida e aos recursos físicos da unidade de produção.

As seguintes ações gerais, comporão a base da estratégia de trabalho:

- Participar na elaboração de Programa Integrado de Desenvolvimento Rural para os municípios, em sintonia com as diretrizes do governo e prioridades municipais para o setor agrícola e com os interesses do público beneficiário.
- Enfatizar nas atividades extensionistas o emprego de metodologias grupais, como instrumento de ampliação da abrangência e de concretização do processo participativo.
- Manter estreita articulação institucional de modo a facilitar aos produtores rurais, acesso aos serviços prestados pelo setor público agrícola, sobretudo aos avanços tecnológicos gerados pela Pesquisa.
- Priorizar apoio às organizações rurais, considerando-as como fundamentais ao crescimento auto-sustentado do agricultor e do pescador artesanal.
- Sugerir alternativas tecnológicas adaptadas ao ecossistema e às condições sócio-econômicas da pequena unidade de produção.
- Investir continuamente na capacitação dos recursos humanos, assegurando a eficiência da ação junto ao público e às comunidades.

- Manter processo de controle e acompanhamento do trabalho com vistas a confrontar o desempenho das realizações com os compromissos propostos no planejamento.
- Discutir os problemas e as propostas de soluções, resguardando os princípios de diálogo e participação, nos quais buscar-se-á mútuo respeito entre os conhecimentos técnicos do extensionista e as experiências acumuladas do público.

### 7 METAS

Os parâmetros selecionados para servirem de informação sobre o desempenho do programa e seus resultados junto ao público rural e pesqueiro estão expressos em termos de metas, nos quadros de número 1 a 11, que consolidam valores indicativos do atingimento dos objetivos propostos, em termos de público assistido, atividades trabalhadas, comunidades rurais assistidas, organizações rurais envolvidas e metodologia empregada.

Quadro 1 - Público total a ser assistido

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
- Produtor rural . Pequeno . Médio . Grande	uō uō uō uō	40.000 36.500 3.000 500
- Pescador artesanal - Trabalhador rural	uō uō	700
- Mulher rural - Jovem rural	uō uō Å	17.000
TOTAL	xxx	88.700

Quadro 2 - Atividades agropecuárias: público assistido

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Abacaxi		1.
Alho	nº	1.350
Arroz	nº	1.300
Banana	nº	8.000
Batata	, nº	5.500
Café	Uō	650
	nº	30.000
Feijão	Uō	15.000
Macadâmia	Uō	600 •
Mamão	nº	400
Mandioca	Uō	4.000
Milho	υō	17.000
Pimenta-do-reino	Úō	1.000
Seringueira	Uō	1.000
Tomate	Uō	4.200
Outras hortaliças	nº	6.000
Outras frutas	Uō	4.000
Apicultura	Uō	800
Bovinocultura de corte	Uō	3.000
Bovinocultura de leite	Uō	15.000
Carcinocultura	. Uō	200
Pesca artesanal	Uō	700
Piscicultura	uō	3.500
Sericicultura	uō	200
Suinocultura	uō	600

Quadro 3 - Atividades agropecuárias: área e rebanho assistidos

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTIDADE
Abacaxi	MEDIDA	QOMITTE ADE
Alho	ha	2.500
Arroz	ha	700
Banana	ha	12.000
Batata	ha	14.500
Café	ha	500
Feijão	ha '	180.000
Macadâmia	ha	35.000
Mamão	ha	1.100
Mandioca	ha	300
Milho	ha	10.000
	ha	45.000
Pimenta-do-reino	ha	1.500
Seringueira	ha	7.000
Tomate	ha	1.200
Outras hortaliças	ha	3.800
Outras frutas	ha	4.200
Bovinocultura de corte	cabeças	180.000
Bovinocultura de leite	cabeças	400.000
Suinocultura	cabeças	28.000

Quadro 4 - Atividades de irrigação e drenagem e de defesa do meio) ambiente: público assistido

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Manejo e conservação do solo	nº	25:000
Controle alternativo de pragas e doenças	nº	10.000
Redução do uso de agrotóxicos	nº .	20.000
	nº	20.000
Adubação orgânica	nº	8.000
Reflorestamento	nº	6.000
Irrigação e drenagem		The state of

Quadro 5 - Atividades de irrigação e drenagem e práticas de defesa do meio ambiente: área assistida

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Manejo e conservação do solo	ha	90.000
Controle alternativo de pragas e doenças	ha	15.000
Redução do uso de agrotóxicos	ha	60.000
Adubação orgânica	ha	55.000
Reflorestamento	ha	10.000
Irrigação e drenagem	ha	18.000

Quadro 6 - Atividades de economia doméstica, comunitárias e reforma agrária: público assistido

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Educação alimentar	Uō	16.000
Educação sanitária	nº	17.000
Indústria caseira	nº	8.000
Atividades comunitárias	nº	35.000
Familias assentadas	υō	900

Quadro 7 - Apoio e assistência a eventos municipais e comunitários

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Hortas municipais e comunitárias Viveiros municipais e comunitários Feiras livres de produtores Hortas escolares	Uō uō uō	85 85 50 380

Quadro 8 - Comunidades, assentamentos e microbacias hidrográficas trabalhadas

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Comunidades	Uō	1.500
Assentamentos	Uō	29
Microbacias hidrográficas	nº	60

Quadro 9 - Apoio à organização e assistência a entidades associativas

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE		IDADE
DISCRIPINAÇÃO	DE MEDIDA	A ORGANIZAR	A ASSISTIR
Associações	. Uō	135	380
Grupos de produtores, pescadores e			
trahalhadores	nº	85	220
Grupos de mulheres	nº	50	300
Grupos de jovens	Uō	28	100
Grupos comunitários	nº	70	130
Cooperativas	nº	20 M T	41
Núcleos de inseminação artificial	nº	30	35
Conselhos, comissões e comitês	nº	35	125
Sindicatos de trabalhadores	nº	5 7	42
Sindicatos patronais	nº,	4 12 31	37

Quadro 10 - Metodologia

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Demonstração de métodos Unidades demonstrativas e de observação Demonstrações de resultados Excursões Cursos Encontros Dias de campo Exposições comunitárias	Uō Uō Uō Uō Uō Uō	3.000 600 140 600 350 100

Quadro 11 - Apoio técnico-administrativo

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Treinamento de pessoal	HEDIDA	
<ul> <li>Capacitação inicial</li> <li>Aperfeiçoamento técnico-gerencial</li> <li>Aperfeiçoamento administrativo</li> <li>Pós-graduação</li> <li>Aperfeiçoamento técnico-metodológico</li> <li>Produção de material</li> <li>Informativos técnicos</li> </ul>	treinandos treinandos treinandos treinandos treinandos	45 240 80 02 270
<ul> <li>Folhetos, folderes, cartazes, folhas soltas</li> <li>Produção de video</li> </ul>	nº mil nº	300 35
. Comunicação social	nº	5.000
. Impressos administrativos	mil	700
Programas de rádio Produção de alevinos	nº Edições	15
Produção de pós-larvas	mil mil	7.000

# 8 ÁREA DE ATUAÇÃO

Para a execução do programa proposto, a EMATER-ES desempenhará suas atividades em todos os 70 municípios do território capixaba, atuando diretamente em 1.589 comunidades rurais e pesqueiras.

A base de atuação será constituída pelas 80 unidades operacionais, sendo 75 Escritório Locais, 4 Escritórios Regionais e Escritório Central, distribuídos conforme Mapa 01.

MAPA 1 - Área de atuação



### 9 RECURSOS HUMANOS

A força de trabalho, integrante das unidades operacionais e responsável pela execução das atividades em 1992, estará representada por 485 funcionários técnicos e administrativos, distribuídos conforme informações do Quadro 12.

Quadro 12 - Recursos humanos

DI	SCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
A - PESSOAL ATUA	NTE (inclui pessoal cedido	. u <sub>ō</sub>	453 .
à EMATER-ES	por outras instituições)		
Escritório L	ocal	nº	323
. Area ag	ropecuária	nº	214
- Ní	vel superior	nº	123
- Ní	vel médio	nº	91
. Area so	cial	nº	34
- Ní	vel superior	nº	22
- Ní	vel médio	© Nº	12
. Adminis	strativos	nº	75
Escritório F	Regional	nº	20
. Técnico		nº	10
. Adminis	strativos	nº .	10
Escritório	Central	nº	109
. Técnico		nº	25
	strativos	nº	84
Centro de T	reinamento	nº	1
. Técnic		Uō	1
B - PESSOAL NÃO	ATUANTE (cedido a outras	nº	32
instituiçõe	s, licenciado ou em curso		
de pós-grad			
. Técnic	o's	nº	29
. Admini	strativos	nº .	3
	TOTAL	xxx	485

### 10 RECURSOS MATERIAIS

Com o propósito de dotar as unidades operacionais de infra-estrutura de apoio que lhes permitam aumentar a eficácia do trabalho extensionista, estão relacionadas no Quadro 13, as aquisições de equipamentos e materiais permanentes, bem como as construções previstas para 1992.

Quadro 13 - Recursos materiais

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Equipamentos e material permanente		
. Veículos	nº	51
. Microcomputadores	nº	10
. Supermicrocomputador	nº	01
. Câmera de video	nº	. 01
. Outros materiais	nº	505
Obras e instalações		
. Construção de Escritórios Locais	· Nº	03
. Reforma de Escritórios Locais	υā	02
. Reforma no CALiR	Uō	01
. Reforma na Oficina Mecânica	uō	01

Quadro 14 - Recursos financeiros

Em Cr\$ 1.000,00		TOTAL	52.736,0 2.326.917,5	256.927,4	198.112,3	114.863,6	67.087,1	30.027,3	289.841,1 2.993.935,2	
	PITAL	TÓTAL	52.736,0		117.750,0	77.163,5	40.586,5	1.605,1	289.841,1	
2	DESPESAS DE CAPITAL	EQUIPA- MENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.736,0		91.443,0	64.010,0	27.433,0	1.605,1	231.221,1	
9	DESP	OBRAS E INSTA- LAÇÕES	1		26.307,0	13,153,5	13,153,5	>'	52.614,0	
		TOTAL	183.144,7 2.274.181,5	256.927,4	80.362,3	. 37.700,1	26.500,6	28.422,2	094,1	
	CORRENTES	SERVIÇOS DE TERCEIROS	183.144,7	227.635,4	47.768,6	19.736,4	12.839,0	7.600,0	498.724,1	
	DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	56.411,2	18.961,5	22.259,6	11.883,2	10.251,2	6.080,0	125.846,7	The same of the same of
		PESSOAL	2.034.625,6	10.330,5	10.334,1	6.080,5	3.410,4	14.742,2	2.079.523,3	
	ELEMENTOS	DE DESPESA.	. ORDINÁRIO ESTADUAL	. ORDINÁRIO FEDERAL	. BIRD - INTERNACIONAL	. BIRD - CONTRAPARTIDA FEDERAL	. BIRD - CONTRAPARTIDA ESTADUAL	. OUTRAS FONTES	TOTAL	

Observação: Valores de setembro/91

